

RECENSÕES

MÁRIO VILELA, *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra, Almedina, 2002, 408 pp.

Metáforas do Nosso Tempo, de Mário Vilela, recentemente publicado, é uma obra onde o A. compendia alguns dos seus trabalhos e agora republica com diversas actualizações.

O denominador comum destes catorze estudos é o mundo da estereotipia: os estereótipos de pensamento (provérbios, máximas...), os estereótipos de língua (formas congeladas, locuções...).

Pelos títulos dos estudos insertos na obra, que cito pela ordem por que aparecem, adivinham-se os objectos transversais de reflexão: “Semântica do «lugar comum»”; “Limites e «performances» da semântica cognitiva”; “A metáfora na instauração da linguagem: teoria e prática”; “Ter metáforas à flor da pele ou outra forma de ter nervos”; “A metáfora ou a força categorizadora da língua”; “Do «campo lexical» à explicação cognitiva: Risco e Perigo”; “As expressões idiomáticas na língua e no discurso”; “Estereótipo e os esteriótipos na língua portuguesa actual”; “O seguro morreu de velho e Dona Prudência foi-lhe ao enterro: contributo para uma abordagem cognitiva”; “Corrupção, clientelismo, cabritismo, boy(ismo) ou alguns estereótipos do nosso tempo”; “O ensino da língua na encruzilhada das normas”; “Dicionário e ensino da língua materna: língua e texto”; “A tradução como mediadora dos estereótipos”; “A tradução da multiculturalidade”.

A obra abre com “Palavras Introdutórias” (p. 7), onde o A. procura sintetizar cada um dos trabalhos. Destaca em cada um deles as suas linhas essenciais, apresentando os objectos onde recai a sua reflexão. Verifica o leitor que noções como *metáfora*, *metonímia*, *estereótipo*, *análise semântica*, *mudança semântica*, *expressão idiomática*, *provérbio* e outras são noções recorrentes em todos os estudos.

Apoiado em teorias explicativas como sejam a teoria estrutural e a cognitiva (“A explicação da linguística cognitiva e da linguística estrutural não se opõem: completam-se (...)” p. 123) e em disciplinas como a semântica, a morfossintaxe lexical, e informado em vasta bibliografia (como se pode verificar pelas referências bibliográficas no fim de cada artigo), o A. faz um trabalho rigoroso de investigação, aplicação e sistematização dos segmentos estereotipados em termos de representação pessoal e de crenças colectivas. Obra dirigida a estudiosos da língua, mas também a professores de todos os graus de ensino, sejam eles de língua materna, segunda ou estrangeira, a jornalistas, a todos aqueles que trabalham com a palavra, e ao público em geral, que também a pode ler com proveito e sabor, passa o A. em revista as diferentes noções, na perspectiva das várias teorias e disciplinas em confronto.

A estereotipia, tradicionalmente considerada de forma estática nos seus conteúdos e formas, e destacada apenas nos seus traços de banalidade, tem-se, de há anos a esta parte, estudado estas formas de lexias em termos da sua função construtiva e produtiva. O objectivo é chamar a atenção para a forma como o indivíduo na sociedade e a própria sociedade se apropriam destas formas linguísticas e como é que as gerem numa dinâmica das relações sociais de uns com os outros e cognitivas do indivíduo consigo próprio.

Integrando-se nesta via, o A. percorre um vasto corpus de provérbios, de fraseologias, de expressões idiomáticas, recolhidos em textos autênticos (sobretudo da imprensa escrita e oral) dos mais diversos campos, desde a “economia” à “corrupção” e a outros sectores. São detectados as tendências e os traços comuns destas expressões de que os mais salientes são a “repetição” e a “metaforização”.

No que diz respeito à “repetição” afirma o A. na p. 37: “o denominador comum – o mecanismo que subjaz a todos estes conceitos (...) é o factor «repetição». O valor positivo ou negativo que se atribui ao traço «repetição», na graduação da pejoração ou majoração, distingue os vários termos.”

De facto, pelo menos teoricamente, toda a expressão acabada deveria ser uma ocorrência única, reflectindo uma opinião, uma necessidade ou uma intenção do locutor aquando do acto de locução. Ora, um grande número de unidades de discurso que o usuário da língua actualiza não são criações pessoais, mas antes unidades de extensão variável veiculando ideias estereotipadas em termos congelados. Como esta obra profusamente o demonstra, estes micro-enunciados constituem um fundo lexical no qual o locutor encontra sequências gramaticais acabadas e muitas vezes autónomas do ponto de vista semântico, susceptíveis de esclarecer o contexto ou de fornecer representações estandardizadas a circunstâncias percebidas como típicas. Esta tipicidade alarga-se especularmente a todos os campos: do conhecimento aos sentimentos e às experiências humanas. Como o A. afirma na p. 111: “Uma cultura consiste numa rede de sistemas de significado, concepções e esquemas interpretativos que se geram, aprendem, activam, constroem e se mobilizam em práticas sociais, normas impostas por instituições, incluindo as **linguísticas** [sublinhado meu]”.

São também estas “normas linguísticas” codificadas pelo uso que vão proporcionar, segundo o A., a intercompreensão entre os falantes. Adquiridas pelo locutor nativo ao mesmo tempo que os outros elementos do vocabulário, umas formas estereotipadas (fórmulas de delicadeza, fórmulas comunicativas, frases rituais e de circuntância, lugares comuns) adquirem-se no decurso da aprendizagem das convenções sociais; outras (como as máximas, os aforismos) vão-se acumulando no decurso dos estudos, proporcionalmente ao grau de instrução. Uma e outras vão-se infiltrando insidiosamente na consciência colectiva, codificando “esquemáticamente – com conceitos básicos e derivados, cenários típicos e guiões pré-fabricados –“ (p.111-112), imprimindo crenças e convicções de tal forma que o locutor só muito dificilmente distingue e destrinça a parte estereotípica (colectiva) da parte opinativa (individual).

De qualquer forma, mesmo que todos os locutores de uma determinada língua partilhem este património de saber comum pelo viés da estereotipia, há variações (de classe social, de espaço, de estilo) oriundas do uso que cada locutor faz de uma determinada categoria de estereótipos. Como afirma com propriedade o A. na p. 121 “numa língua há um **diassistema** onde funcionam três dimensões: a espacial ou variação diatópica, a social ou variação diastrática, a estilística ou variação diafásica”. De acordo com a dimensão, assim se projecta o estereótipo. A par das expressões congeladas que denunciam as variações diatópicas, de acordo com o espaço (*Para lá do Marão mandam os que lá estão; Ver Braga por um canudo*) e diastráticas, de acordo com o contexto soacial (*Perder o juízo; Ficar com os pirolitos*), há os casos das citações proverbializadas de origem bíblica, literária, histórica ou filosófica, dos adágios (normalmente de origem jurídica), dos apotgemas (alusões) que, de facto, reflectem o grau de cultura e o gosto individual pelo culturalmente “bem visto”.

Nesta perspectiva, o traço “repetição” é também a base a partir da qual se podem aquilatar as variações de uso dos estereótipos que, apesar disso, continuam a sê-lo. À força de serem repetidos, penetram na bagagem cultural comum dos locutores duma língua: alterada a situação de uso, o estereótipo adequa-se e actualiza-se.

Identificada a relação de variabilidade do estereótipo com as dimensões do diassistema, e reconhecida a sua existência como “necessidade de categorizar o mundo e a necessidade de organizar e simplificar o meio em que vivemos” (p. 251), vai o A., numa perspectiva transversal através de diferentes campos de estudos, de que os fundamentais são as ciências cognitivas e as ciências da linguagem, reter a sua atenção no modo como o indivíduo e o grupo se apropriam destes elementos numa dinâmica consigo próprio (representação cognitiva) e com os outros (crenças colectivas).

Um exemplo, entre muitos outros, deste labor investigativo dos elementos estereotípicos através das componentes discursivas, é a abordagem que o A. faz de exemplares típicos a partir do termo “seguro” no estudo “O seguro morreu de velho e Dona Prudência foi-lhe ao enterro: contributo para uma abordagem cognitiva” (p. 249). Neste estudo, o A. apresenta uma quantidade considerável de exemplos do protótipo “seguro” em textos de divulgação, na forma de fraseologias e em formas

proverbiais e mostra que não se pode cortar o estudo da língua das suas actualizações discursivas. Senão como detectar os traços metafóricos que sempre se desencadeiam quando há a inclusão do enunciado na enunciação?

E se “não há metáfora sem contexto” (p. 69) também não há língua sem metáforas. Neste sentido, e partindo de noções fundamentais como a do “nosso sistema conceptual [ser] essencialmente metafórico” (p.73) e “A metáfora [servir] assim como um potencial criativo e significativo” (p. 68), o A. faz um percurso reflexivo acerca de estereótipos designados de “metáforas estruturadas”, de “metáforas orientacionais”, de “metáforas ontológicas” e vai concluindo que nem sempre o indivíduo tem a escolha de se exprimir de forma metafórica ou “literalmente”. Numerosos saberes, sobretudo quando não são objectos concretos, não podem ser expressos de outro modo que metaforicamente.

Assim, mostra o A. que a denominação metafórica está enraizada na experiência física, mas também nas experiências culturais e nas relações sociais. Do ponto de vista cognitivo, a metáfora acaba por constituir uma espécie de conceito “metaforicamente estruturado em termos de outro conceito” (p. 75). Esta sobreposição de dois domínios ou experiências permite ao segmento estereotípico metafórico fornecer esquemas que organizam a interacção do indivíduo com o mundo. Longe de depender de um livre arbítrio do locutor, é preciso considerar a metáfora como um meio de conceptualizar o mundo. Pois, mesmo sendo muitas vezes o resultado de focalizações ou de pontos de vista, nenhuma metáfora é tão completa ou objectiva que não permita “instaurar-se como uma alteração contextual do significado” (p. 69) e delimitar o seu objecto segundo determinadas opções.

Sabendo que uma metáfora só por si não explica nada e partindo do princípio que o nosso sistema conceptual tem um carácter metafórico, e que a metáfora se apresenta como “capital para a explicação da análise semântica” (p. 137), vai o A. demonstrar que só revelando os contextos nos quais a metáfora é utilizada e as intenções às quais ela corresponde é que se pode clarificar o seu papel no raciocínio e na comunicação. E é nesta perspectiva da consideração da noção de metáfora como processo e menos como resultado que o A. vai fazer incidir a análise do vastíssimo corpus de “metáforas à flor da pele”, de “metáforas na linguagem da economia” e outras.

A partir desta concepção de língua através das metáforas, deduz o leitor que numerosos processos de metaforização pertencem tanto à ontogénese (desenvolvimento individual) dos saberes sobre a língua como à filogénese (evolução colectiva) do pensamento linguístico.

Sobre esta ideia geral reflecte o A., mais concretamente, em dois estudos: “O ensino da língua na encruzilhada das normas”; “Dicionário e ensino da língua materna: léxico e texto”. No primeiro a reflexão recai em formas estereotipadas como as expressões idiomáticas, as fraseologias, as colocações e todas as formas do “nosso linguajar quotidiano” (p. 317) num confronto das normas do Brasil e de Portugal e em outras estruturas ligadas à gramática e aos estrangeirismos. Feito este percurso interroga-se o A. sobre o modo como a escola ensina a língua, concretamente o léxico, quer a nível do seu ensino-aprendizagem quer a nível dos manuais de consulta, especificamente gramáticas e dicionários.

De facto, reflectir sobre as línguas e a linguística implica quase inevitavelmente o recurso a processos de metaforização. Estudar estes processos na mestria do léxico impõe-se hoje às didácticas das línguas. Embora a compreensão das metáforas seja um problema grande na aprendizagem das línguas, dado o seu reconhecimento necessitar de um trabalho explícito em redor da polissemia. Só descrevendo precisamente os diferentes polissemas que se agregam ao uso de termos correntes é que se detectam os procedimentos de metaforização que estão na base dos diferentes sentidos dos estereótipos. Isto é, só identificando os semas de “enfrentar” e “barra”, por exemplo, é que se apreende o sentido do estereótipo “enfrentar a barra”. Como esta operação escapa muitas vezes aos alunos, a descrição dos polissemas deve ser o meio a privilegiar para permitir aos alunos sair do impasse da monosemia ou da pseudo explicação binária em termos de “sentido próprio” e “sentido figurado”.

O interesse da reflexão sobre as conceptualizações metafóricas é que elas tornam disponíveis realidades abstractas e fornecem esquemas conceptuais para estruturar “e categorizar o mundo” (p. 333). Neste sentido, compete ao linguista, em geral, descrever e captar os traços subjacentes para que estas metáforas possam funcionar em toda a consciência e compete ao didáctico, em particular, trabalhar estas formas em contexto para que os alunos interiorizem o léxico como um sistema central e organizado

segundo um feixe combinatório de sistemas e de domínios.

Esta capacidade de o léxico se poder combinar em pacotes estandardizados na forma de estruturas idiomáticas, de provérbios e de outras unidades fixas, por um processo de translação e, logo, de metaforização, é ditada por uma dimensão sociocultural impossível de predizer. A característica de não “predizibilidade” indica que a sua função corresponde a categorias cognitivas particulares (à excepção da grande parte dos provérbios) e logo não universais. Sendo dado o seu carácter idiosincrático, quase arbitrário, estas formas tornam-se quase intraduzíveis numa outra língua. Esta questão aborda-a o A. nos últimos dois estudos quando reflecte sobre a estereotopia para concluir que nas estereotopias mais marcadas “As divergências podem ir da diferente ordenação dos elementos a um distanciamento formal quase total e com equivalência apenas pragmática” (p. 368). De facto, mesmo na redacção de um dicionário bilingue, estas construções colocam um real problema de tradução. A maior parte dos lexicógrafos e tradutores, mesmo tendo uma boa competência numa língua estrangeira experimentam uma grande dificuldade em adivinhar o significado profundo destas expressões. Sendo dado que se trata muitas vezes duma língua viva, é preciso ter-se contactado muito de perto com o país onde se fala esta língua para que tais formas façam parte da competência produtiva ou receptiva com o conhecimento de todos os matizes semânticos. Porque para um locutor não nativo não se torna fácil distinguir as locuções convencionais das criativas.

Após a leitura transversal dos estudos que compõem *Metáforas do Nosso Tempo*, verifica o leitor que há uma linha selectiva da qual emerge um denominador comum: a estereotopia como representação colectiva ligada à construção da identidade e cognição sociais.

Fundados estes estudos em preocupações tão diversas, como as que vão da morfossintaxe lexical até à semântica, da compreensão à expressão, do texto ao discurso, compreende-se que a estereotopia apareça como um objecto da reflexão contemporânea nas ciências humanas e sociais, incluindo estas as ciências cognitivas, as neurociências, a antropologia, a sociologia, a linguística, a psicologia e mesmo a economia e a ciência política, como de forma vasta o A. deu conta.

Metáforas do Nosso Tempo, por tudo o que foi dito, constitui-se como uma obra fundamental e única.

Fundamental porque, ao advertir para a presença massiva dos esterótipos no discurso e para a sua frequência em todas as dimensões (espaciais, sociais, estilísticas), privilegia uma grande diversidade de leitores: dirige-se tanto àqueles que têm a língua como objecto de reflexão e estudo como àqueles que a utilizam somente como instrumento de uso.

Única porque, ao trabalhar de forma singular uma quantidade de segmentos codificados, revela que estas formas de expressão estão sempre omnipresentes e que o seu conhecimento é indispensável na vida intelectual e social quotidianas.

Esta capacidade em interrogar os estereótipos e outros segmentos congelados no seu funcionamento discursivo é bem a ilustração do casamento entre vocabulário e discurso.

Como diz expressivamente Meschonnic (1991: 9) (1) “On cherche des mots, on trouve des discours. On cherche du discours, on trouve des mots”.

Ou como diz apropriadamente Mário Vilela (pp. 38, 39) “A existência no léxico das associações estereotípicas é um reflexo das nossas próprias representações. E as associações criadas pelo discurso são ainda derivações de relações pré-existentes também no léxico”

Olivia Maria Figueiredo

LEDA BISOL; CLÁUDIA BRESCANCINI (ORGS.), *Fonologia e Variação. Recortes do Português Brasileiro*, Porto Alegre – RS, EDIPUCRS, 1ª ed., 2002, 312 pp.

1 – Este livro reúne, ao longo dos 9 capítulos que constituem a sua componente central, um conjunto de estudos que se ocupam do tema da variação fonológica, analisando-o relativamente a alguns aspectos específicos da fonologia de determinadas variedades do português brasileiro (PB) falado nos estados do Sul do Brasil. Como nos é explicado numa das badanas desta edição, os estudos aqui coligidos foram apresentados originalmente em reuniões quinzenais de um projecto de investigação sobre a variação fonológica desses dialectos (“VARSUL”) com sede na Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo agora, por este meio, colocados à disposição de um público mais vasto.

2 – A abrir o livro, encontramos um prefácio assinado por Dermeval da Hora, da Universidade Federal da Paraíba (pp. 7-9), a que se segue uma introdução, intitulada “A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S” (pp. 11-75), da autoria de Cláudia Regina Brescancini (estudante de doutoramento da PUCRS que, juntamente com Leda Bisol, é co-responsável pela organização do volume em apreço). Os primeiros cinco estudos sobre aspectos específicos são dedicados à variação vocálica, sendo por essa razão agrupados numa Parte I precisamente intitulada “Variação no sistema vocálico”: “A síncope e seus efeitos em latim e em português arcaico” (Laura Rosane Quednau, pp. 79-97); “A síncope em proparoxítonas: Uma regra variável” (Marisa Porto do Amaral, pp. 99-126); “As vogais médias postônicas: Uma análise variacionista” (Maria José Blaskovski Vieira, pp. 127-159); “A regra variável de harmonização vocálica no RS” (Luiz Carlos Schwindt, pp. 161-182); “A redução dos ditongos nasais átonos” (Elisa Battisti, pp. 183-202). A esta primeira parte, sucede a Parte II do livro, intitulada “Variação na sílaba” e, como tal, dedicada aos fenómenos de variação que afectam as estruturas silábicas das variedades do PB sob análise. Integram este módulo do livro os capítulos “A epêntese vocálica no português do Sul do Brasil” (Gisela Collischonn, pp. 205-230) e “A degeminação e a elisão no VARSUL” (Leda Bisol, pp. 231-250). Finalmente, uma terceira secção do livro é dedicada ao estudo da variação consonântica (“Parte III – Variação no sistema consonantal”), nela cabendo os capítulos “A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre” (Valéria N. Oliveira Monaretto, pp. 253-268) e “Variação e mudança do segmento lateral na coda silábica” (Maria Tasca, pp. 269-302). Encerrando o volume, Leda Bisol subscreve o respectivo “Epílogo” (pp. 303-312). A bibliografia citada por cada um destes estudos encontra-se reunida no final do capítulo respectivo, não havendo, por esse motivo, uma lista final de referências bibliográficas comum a todos os textos incluídos.

3 – A principal assunção teórica de que, em conjunto, partem todos os autores participantes deste volume é o de que uma língua não é rigidamente dotada de uma gramática teórica perfeitamente homogénea e invariavelmente partilhada por todos os seus falantes. Pelo contrário, postula-se a existência de pontos mais ou menos determinados dentro da gramática da língua que contemplam uma importante *possibilidade de escolha* dos falantes. Esta possibilidade de escolha – na qual intervêm variáveis linguísticas (como, p. ex., os contextos fónicos que propiciam ou inibem diversos fenómenos fonológicos ou realizações fonéticas) e extralinguísticas (como, p. ex., certas características demográficas dos sujeitos,

como a sua origem geográfica, grau de escolaridade, sexo, etc.) – manifesta-se através de duas modalidades básicas¹:

- considerando globalmente o universo dos falantes de uma língua, admite-se que essa possibilidade de escolha consiste na preferência, partilhada por uma subcomunidade definida de falantes, por uma das opções contempladas pelo leque de escolhas, diversa das opções perfilhadas pelas restantes subcomunidades (sendo estas delimitadas, p. ex., por variáveis de ordem geográfica);
- considerando individualmente cada falante isolado, admite-se ainda que essa opcionalidade consiste na possibilidade de cada falante escolher, em cada momento, uma configuração precisa da gramática da língua, diferente de outras escolhas efectuadas noutros momentos.

Estes pontos de vista – que, no seu conjunto, dão corpo à denominada “perspectiva *variacionista*” – são aqui explicitamente assumidos, de forma sistematizada, nos textos iniciais do volume (nomeadamente no prefácio de Dermeval da Hora, pp. 7 e ss., e no texto introdutório de Cláudia Brescancini, pp. 13 e ss.), como se depreende, p. ex., da seguinte citação desta última autora²:

“É fato facilmente observado em qualquer língua ou dialeto que os falantes realizam certos tipos específicos de *escolha* entre dois ou mais sons, palavras ou estruturas. (...)

Também se nota, talvez com um pouco mais de atenção, que a opção de escolha pode não ser sempre a mesma até quando se considera um único falante. No português brasileiro, isto significa dizer, por exemplo, que é perfeitamente comum um mesmo indivíduo alternar produções como *m[e]nino* e *m[i]nino* ou *ho[mẽ]*, *ho[mĩ]* e *ho[m]*.”

BRESCANCINI, Cláudia Regina – *A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S*, p. 13³

Elegendo a fonologia como o módulo da gramática do PB que, dentro desta perspectiva teórica, decidem estudar e caracterizar, os autores dos textos deste volume empreendem então as pesquisas que encontramos aqui recolhidas, procurando ver, como já foi referido, de que forma um conjunto seleccionado de dialectos da língua se oferece, em interacção com algumas variáveis demográficas, a

¹ Para uma exposição mais alargada dos fundamentos teóricos desta perspectiva – “perspectiva *variacionista*” – e uma aplicação dos mesmos a pesquisas concretas em diversas línguas, cf. a obra de HINSKENS, Frans; VAN HOUT, Roeland; WETZELS, W. Leo (eds.) – *Variation, Change and Phonological Theory*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1997, referida por alguns dos estudos inseridos no volume colectivo aqui recenseado. De entre os estudos incluídos no volume organizado por Hinskens *et al.*, refira-se neste momento GUY, Gregory R. – *Competence, Performance, and the Generative Grammar of Variation*, in HINSKENS; VAN HOUT; WETZELS (eds.) – *op. cit.*, pp. 125-143, que expressamente se refere aos pontos da gramática de uma língua que admitem a mencionada possibilidade de escolha designando-os por “*choice points*” (p. 129).

² Como é posto em evidência por estes dois textos introdutórios, a perspectiva *variacionista* contradiz alguns pressupostos essenciais das formulações “clássicas” da teoria generativista, adequas de uma homogeneidade muito rígida ao nível da estrutura da gramática de cada língua (cf., p. ex.: CHOMSKY, Noam – *Language and Problems of Knowledge. The Managua Lectures*, Cambridge (Mass.)/London, The MIT Press, 1988, pp. 9-10; PINKER, Steven – *The Language Instinct*, London, Penguin Books, 1995 (1ª ed.: 1994), p. 18; CRAIG, Stephen; LILLO-MARTIN, Diane – *An Introduction to Linguistic Theory and Language Acquisition*, Malden (Mass.)/Oxford, Blackwell, 1999, pp. 3-4) e idealizadas sempre em torno do “falante-ouvinte ideal” referido por CHOMSKY, Noam – *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1965 (12.ª reprint, 1980), p. 3.

³ BRESCANCINI, Cláudia Regina – *A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S*, in BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (orgs.) – *Fonologia e Variação. Recortes do Português Brasileiro*, Porto Alegre – RS, EDIPUCRS, 1ª ed., pp. 11-75 (p. 13).

tal tipo de análise variacionista. Os tópicos concretos explorados pelos estudos constantes do livro – que certamente não esgotam, em toda a sua amplitude, o assunto a versar – percorrem, como se infere a partir dos respectivos títulos (transcritos no ponto 2 destas notas de leitura), uma série de pontos em que a fonologia dessas variantes do PB exemplifica de forma muito nítida os pressupostos teóricos já mencionados, sendo de sublinhar neste momento a profundidade de todos os tratamentos efectuados e a pertinência das interpretações teóricas daí resultantes.

Não nos deteremos, naturalmente, sobre o conteúdo específico de cada um dos 9 capítulos do volume; no entanto, não podemos deixar de aqui realçar a detalhada, útil e esclarecedora apresentação do pacote informático “VARBRUL 2S”, utilizado para a análise criteriosa dos dados realizada, que nos é oferecida pelo texto de C. Brescancini (pp. 11-75). Dessa forma, ficamos a conhecer em pormenor as características e as potencialidades de um conjunto articulado de aplicações informáticas que torna possível a recolha, o armazenamento, a organização, a etiquetagem e o tratamento estatístico de grandes amostras de fala, permitindo o isolamento e o controle de fenómenos de variação linguística e relacionando-os com uma quantidade considerável de variáveis independentes (linguísticas e extralinguísticas). Este programa, pelo que nos é dado saber através do texto a que nos referimos, ilustra de forma rigorosa e exemplar um postulado fundamental dos defensores das análises variacionistas, o qual consiste em não se aceitar a construção das teorias fonológicas fora do quadro de uma observação atenta e criteriosa dos dados reais⁴.

4 – O resultado das pesquisas que deram origem a este livro, bem como a própria publicação do volume, revestem-se, quanto a nós, do maior interesse.

Não resistimos, antes de mais, a saudar este hábito, muito corrente no Brasil, de publicar, sob a forma de livro, resultados de pesquisas parcelares e mesmo em curso sobre temas actuais e pertinentes, facilitando-se assim o acesso de um público especializado a dados, informações, reflexões e resultados que, de outra forma, permaneceriam remotamente ignorados senão mesmo inacessíveis. Optando muitas vezes por edições que, do ponto de vista tipográfico, se caracterizam por soluções simples e pouco sofisticadas (evitando, consequentemente, encarecer e atrasar em demasia o processo editorial), os linguistas brasileiros prestam assim um valioso contributo a todos quantos, lendo o português, se empenham no progresso do conhecimento na área dos estudos linguísticos e, num plano mais concreto, na exploração de temas especificamente relacionados com a investigação acerca desta língua.

Outro motivo de interesse inerente a esta publicação, especialmente relevante, segundo pensamos, para os linguistas portugueses – mais concentrados, nos estudos que empreendem e por razões que nos parece fácil divisar, nas variedades do português que nos estão geograficamente mais próximas –, reside no facto de edições como a presente nos familiarizarem com variedades da língua porventura menos conhecidas. Este contacto com tais variedades, para além do interesse intrínseco que transporta, permite, potenciando a comparação com as variedades mais conhecidas (brasileiras, europeias ou outras), o aprofundamento da compreensão das estruturas fonológicas da língua.

Adicionalmente, o contacto com estudos como os que ficam ao nosso alcance a partir de publicações como a de que aqui tratamos constitui, em nosso entender, um forte estímulo para que as investigações relatadas sejam replicadas, dentro do mesmo quadro teórico e metodológico, relativamente às variedades europeias da língua, parecendo-nos nomeadamente muito interessante a hipótese de, num futuro próximo, se proceder a uma adaptação do VARBRUL 2S ao estudo de fenómenos de variação fonológica de algumas variedades do português europeu.

⁴ Cf. HINSKENS, FRANS; VAN HOUT, Roeland; WETZELS, W. Leo – *Balancing Data and Theory in the Study of Phonological Variation and Change*, in HINSKENS; VAN HOUT; WETZELS (eds.) – *op. cit.*, pp. 1-33 (pp. 3 e ss., 14 e ss., 19 e ss., 21 e ss., 24-25 e ss.); LLORET, Maria-Rosa – *When does Variability become Relevant to Formal Linguistic Theory?*, in *id.*, pp. 181-206 (pp. 182, 201).

Finalmente, realçaremos o grande alcance *teórico* deste tipo de abordagens. Além de se situarem num quadro teórico-metodológico que, pelas razões já expostas, nos parece extremamente produtivo – referimo-nos designadamente ao propósito de submeter a teorização fonológica a uma comprovação empírica sólida e rigorosa –, estas pesquisas, em nosso entender, adquirem um forte poder explicativo em resultado de não se cingirem a um quadro epistemológico só, buscando, em vez dessa visão “sectária” dos fenómenos a estudar, dados e argumentações em diversos autores provenientes de diferentes orientações teóricas. Isto é: não renegando a inspiração generativista, os trabalhos deste volume não temem, por um lado, enriquecer essa inspiração com pontos de vista (como o “variacionismo”) que procuram simplesmente reformular (e não propriamente rejeitar em absoluto) certos aspectos localizados das teorias generativistas clássicas. Por outro lado, os seus autores não se isentam de encontrar nos estudos realizados fora de um quadro de pensamento generativista informações, dados e argumentos que aceitam como válidos para a compreensão/explicação de certos fenómenos, sendo bastante ilustrativa desta afirmação a forma como, recorrentemente, a profundidade e o pioneirismo dos estudos fonológicos (estruturalistas) de Joaquim Mattoso Câmara Jr. relativos à fonologia do PB são tidos em consideração ao longo do livro.

Por todas as razões expostas, parece-nos de louvar o contributo recebido desta obra, de cuja consulta, em suma, beneficiarão todos aqueles interessados em acompanhar alguns desenvolvimentos recentes da teoria fonológica e, simultaneamente, conhecer aspectos fundamentais da sua aplicação ao estudo da língua portuguesa.

João Veloso